

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Audiência Pública Extraordinária (semipresencial) - 28/06/2022 – REQ 56/2022 – debater sobre a venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados e locais diversos das farmácias, tratada no PL 1.774/2019.

EXPOSITORES:

1. **ALESSANDRO DESSIMONI VICENTI** - Advogado e assessor jurídico - **Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores - ABAD;**
2. **ANDREY VILAS BOAS** - Subsecretário de Advocacia da Concorrência - **Ministério da Economia;**
3. **JORGE RAIMUNDO** - Presidente do Conselho Consultivo - **Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde – ACESSA;**
4. **MARILENA LAZZARINI**- Membro do Conselho Diretor - **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC;**
5. **RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL** – Presidente Executivo - **Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA;**
6. **RENATO ALENCAR PORTO**- Diretor Executivo de Relações Institucionais- **Associação Brasileira de Rede de Farmácias e Drogarias - ABRAFARMA;**
7. **FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA**- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA;**
8. **WALTER DA SILVA JORGE JOÃO** - Presidente do **Conselho Federal de Farmácia – CFF.**

LEGENDA:

FAVORÁVEL à venda dos MIPs em locais diversos de farmácias
CONTRÁRIO à venda dos MIPs em locais diversos de farmácias

• **ANDREY VILAS BOAS**

Iniciou explicando o que são os MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição) e afirmando que são os medicamentos de menor risco, que precisam de uma menor avaliação para serem utilizados pela população.

Apontou que seu uso é indicado para doenças não graves, de evolução lenta ou inexistente; que é baixo seu conjunto de reações adversas e seu potencial de toxicidade; tem o uso que já é bastante disseminado e conhecido pela população.

Explicou também que a sua compra é feita sem haver a necessidade de uma interação ou orientação do o farmacêutico, apenas pegando da prateleira e levando ao caixa, ou se feita pela internet.

Disse que como é hoje, apenas podendo comercializar os Mips as farmácias, drogarias, postos de medicamentos e unidades volantes, e dispensários de medicamentos, faz com que os preços dos Mips sejam mais caros do que poderiam ser com o aumento da oferta.

Apresentou dados sobre o mercado brasileiro dos Mips, como faturamento de 17,2 bilhões de reais; exportações de 303 milhões de reais; recolhimento de impostos de 5,1 bilhões de reais; 0,13% do PIB; e 25 mil empregos diretos.

Acrescentou dados de economia de recursos, como: o uso dos MIPs gera uma economia anual de 364 milhões de reais para o SUS; para cada 1 real gasto com os MIPs são economizados até 7

reais pelos cofres públicos; se 50% dos casos de doenças comuns de maior impacto fossem tratados com MIPs, seria possível economizar 2 bilhões de dólares para a saúde pública.

Apresentou alguns dados fáticos importantes também, como: quase 100 municípios brasileiros que não possuem 1 unidade de farmácia ou similares; 522 municípios (9,3%) com 1 ou nenhuma; e em diversas localidades os estabelecimentos não funcionam todos os dias da semana.

Apresentou dados que demonstram que a intoxicação por MIPs é menor que 10% dos casos; e que as intoxicações por automedicação ou erro na medicação pelo paciente representam 1,6%.

Afirmou que a facilidade de acesso a esses medicamentos pode evitar a procura do SUS por sintomas, tratamentos e doenças mais leves, o que desafogaria as superlotações, diminuiria o tempo de espera para atendimento, mais atendimentos a casos mais graves e complexos.

Mostrou que a permissão para a venda de MIPs fora de farmácias e drogarias é uma prática consolidada entre a maioria dos membros da OCDE.

- **FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA**

Falou sobre o risco existente com a falta da assistência do profissional farmacêutico quanto ao uso correto do medicamento. E que a venda em locais diversos da farmácia, tira a possibilidade de verificação e orientação do paciente com o farmacêutico.

Disse que o Brasil já tem esse problema da automedicação, e que se deve desestimular esse hábito. Citou alguns MIPs mais usados e famosos que causam risco com o uso em doses maiores e inapropriadas.

Disse que os postos de saúde e unidades volantes foram feitos para suprir a falta de farmácias e drogarias em alguns municípios.

- **ALESSANDRO DESSIMONI VICENTI**

Iniciou dizendo que os MIPs já foram definidos pela OMS como:

- Baixo risco para os usuários - Segurança para o consumidor - Não traz dependência

Ratificou o que foi dito pelo ANDREY VILAS BOAS, que, hoje, se alguém quiser se intoxicar com os MIPs, ele já consegue entrar no site da farmácia, efetuar a compra sem falar com nenhum farmacêutico e fazer o uso desses medicamentos. Isso porque já não há nenhuma interação com o farmacêutico.

Citou que esse projeto traz benefícios de ordem social, geração de empregos, geração de renda e benefícios econômicos. Pois ele quebra o monopólio, amplia o acesso dos brasileiros à medicação, aumenta a competitividade, fortalece os micro e pequenos empresários, e aumenta a arrecadação de impostos.

- **RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL**

Disse que foi apresentada uma informação errada pelos expositores, e afirmou que 99% dos municípios do país tem cobertura no que se refere às farmácias, em vez de 800 municípios que possuem farmácias. Isso porque os postos de saúde e as unidades volantes garantem o amplo acesso aos medicamentos e a assistência farmacêutica.

Levantou a hipótese de a aprovação do projeto influenciar no faturamento das farmácias, tendo em vista que, em média, 21,5% desse faturamento é decorrente das vendas dos MIPs.

Indagou sobre o que seria estabelecimento similar, disse que esse conceito é muito amplo e que gera insegurança.

Acrescentou que tirar o papel da figura fundamental do farmacêutico pode sobrecarregar a procura ao Sistema Único de Saúde, em vez da redução de custos. E que, além disso, pode impactar em um aumento na taxa do desemprego

Falou que se o objetivo é a diminuição de preços, o ideal seria um programa com foco nisso, ao invés de implementar coisas que podem afetar na saúde pública, como fragilizar os procedimentos de vigilância sanitária.

Disse que o medicamento isento de prescrição não é isento de orientação, o que significa dizer que pode sim causar danos à população e conseqüentemente custos a mais para o Estado.

Expôs que de nada adianta a comparação com países desenvolvidos por terem realidades distintas do Brasil, tais como nível educacional, taxa de analfabetismo, dados socioeconômicos e socioculturais.

Concluiu dizendo que as regras sanitárias e de funcionamento das farmácias, não são compatíveis com supermercados e estabelecimentos similares.

- **WALTER DA SILVA JORGE JOÃO**

Iniciou lembrando que essa proposta já foi testada prática e efetivamente em nosso país, e que não foi levada adiante, portanto se trata de uma medida ruim para a saúde pública.

Afirmou não haver motivos para a aprovação dessa proposta, a não ser o favorecimento da classe empresária de supermercados e varejistas.

Disse que, resumidamente, existem 4 motivos para rejeitar esse projeto, e conseqüentemente, as referidas vendas:

- É UMA ECONOMIA BURRA- Baixo preço para o cidadão + uso indiscriminado = prejuízo para os cofres do SUS;
- PAÍSES QUE LIBERARAM A VENDA, ACABAM PAGANDO CARO POR OUTROS CUSTOS – como mortes, intoxicações e prejuízos para as pessoas;
- MIPs CAUSAM MILHARES DE CASOS DE INTOXICAÇÃO;
- VENDAS EM SUPERMERCADOS AUMENTARAM AS INTOXICAÇÕES. – com base a época de 1993 a 2009 onde essa dinâmica foi testada no Brasil.

- **RENATO ALENCAR PORTO**

Iniciou dizendo que existem mais de 80 mil farmácias no Brasil, e que apenas 57 municípios do Brasil não possuem uma farmácia ou um estabelecimento de saúde que ofereça medicação.

Trouxe dados referentes à interação com os farmacêuticos.

- **JORGE RAIMUNDO**

Trouxe o conceito de “autocuidado” da OMS, o qual: Recurso de saúde pública principal dentro do sistema de saúde. Ele engloba atividades e decisões de saúde dos indivíduos e inclui a automedicação, o autotratamento, suporte social nas enfermarias e primeiro socorros do dia-a-dia.

Discordou de ser uma economia burra, e afirmou que a cada 1 real gasto em MIPs, gera-se um retorno de investimento de até 7 reais. Citando uma pesquisa feita por um professor, e publicada pelo jornal brasileiro de saúde.

Falou que os supermercados vendem coisas que perecem todos os dias, logo são aptos a venderem os MIPs.

Afirmou que as regras para os medicamentos serem considerados isentos de prescrição, continuarão as mesmas regras rigorosas, tendo o mesmo controle.

Disse ser a favor de ter um farmacêutico nos estabelecimentos que forem vender, e que isso geraria milhares de empregos.

DEPUTADOS:

- **ALICE PORTUGAL**

Iniciou falando que medicamento não é mercadoria. Afirmou que a aprovação desse projeto trará impactos profundos para a sociedade, devido às intoxicações e o risco que os MIPs trazem.

Reforçou a importância de uma orientação do farmacêutico para tratamentos com MIPs.

Indagou sobre como supermercados iriam armazenar os MIPs, com quais condições de temperatura, higiene, verificação de vigilância.

- **DR LUIZ OVANDO**

Disse que, como médico, vê muitos casos de intoxicação medicamentosa.

Apontou que está sendo confundida a preocupação com a saúde da população com a ambição de lucro.

- **DR LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR**

Afirmou ser contra o projeto de lei em tela, pois:

- Gerará mais desassistência na área de saúde;
- Causará inúmeros fechamentos de farmácias e drogarias no Brasil, gerando consequentemente desemprego;
- Diz ser essencial a presença do farmacêutico para melhor orientação de uso dos MIPs;
- Apontou que os estabelecimentos comerciais, principalmente mercados, podem abrir em seu interior uma drogaria, como já funciona no país.

- **CORONEU TADEU**

Diz ser extremamente favorável ao livre mercado, e ressaltou a preciosidade da concorrência. Todavia, salientou a importância dos farmacêuticos e seu papel na sociedade.

Concluiu se posicionando de forma neutra, e afirmando que iria buscar mais informações a respeito do tema, por se tratar de um tema ligado à saúde pública.

- **MARCEL VAN HATTEM**

Destacou a importância do fácil acesso à saúde de todos os cidadãos brasileiros, e a diminuição dos preços e custos dos recursos e medicamentos que não exigem prescrição médica para o uso.

Acrescentou que se já há um grande número de automedicação no país, é porque o sistema de saúde não está no seu correto e adequado andamento. E ainda, se esses remédios fossem veneno ou realmente a causa das doenças, eles não seriam vendidos tão facilmente pelas farmácias, inclusive com propagandas e anúncios dos MIPs.

Ressaltou a importância da sobrevivência econômica de todas as atividades empresárias e empreendedoras, e lembrou que as farmácias vendem muitos produtos que antes eram de exclusividade dos mercados, como refrigerantes, salgadinhos e outros produtos nocivos à saúde.

Concluiu dizendo que deve-se buscar uma maior compreensão do assunto, e que dados foram apresentados na audiência pública sem que tivesse sido mencionada a fonte.

- **SANDERSON**

Iniciou sua fala destacando a importância de se tirar o Estado brasileiro de dentro da casa dos cidadãos, e lembrando a necessidade de liberdade de escolha e decisão da população.

Mostrou-se favorável com a venda dos MIPs em supermercados, desde que haja o controle da Anvisa.

- **THIAGO MITRAUD**

Ratificou que o brasileiro deve ter um maior acesso ao medicamento necessário para sua saúde, ao menor custo, e com a maior disponibilidade possível.

Criticou a reserva de mercado e afirmou que usam o argumento de proteção à saúde pública para tentar esconder esse monopólio.

Apontou que se a Anvisa já classificou o medicamento como isento de prescrição, é porque os riscos decorrentes deles são menores, e em alguns casos, quase inexistentes.

Destacou que os preços ficam muito mais baratos com a maior competição de venda.

- **DR. ZACHARIAS CALIL**

Se posicionou de maneira contrária e salientou a importância de um farmacêutico ou de um responsável técnico para as vendas de medicamentos.

Acrescentou que o problema não está em supermercados venderem os MIPs, e sim a falta do farmacêutico. E ainda, disse que não seria contra se fosse obrigatório a presença desse profissional técnico nos novos estabelecimentos.

Apontou a falta de medicamentos que vem ocorrendo no Brasil, e disse que esse fator só irá piorar se abrir o leque de lugares que irão poder vender esses medicamentos.

- **JORGE SOLLA**

Criticou o projeto dizendo que o objetivo é retirar os controles, os mecanismos regulatórios, as políticas de controle de risco para aumentar o lucro de determinado setor.

Relembrou que qualquer supermercado que queira ter uma farmácia em seu estabelecimento, já o tem, basta que siga as normas e regras sanitárias pertinentes.

Ratificou o que o **DR. ZACHARIAS CALIL** disse relativamente a não ter problemas um supermercado vender os MIPs, desde que abra uma farmácia em seu estabelecimento e que siga todas as regras e cumpram a legislação própria.

- **ADRIANA VENTURA**

De igual maneira ao CORONEL TADEU, disse que defende o livre mercado e que precisa-se buscar maior clareza e precisão de números e dados, pois muitos dados apresentados na audiência pública divergiam.

Indagou a necessidade de um farmacêutico para efetuar a compra dos MIPs, sendo que online não existe essa interação. Ademais, questionou o fato do Brasil ser campeão em automedicação e perguntou onde entra o papel do farmacêutico no controle dessas aquisições de remédios.